

JOSÉ RUBENS MORATO LEITE
PATRYCK DE ARAÚJO AYALA



DANO

AMBIENTAL

Do individual ao coletivo
extrapatrimonial. Teoria e Prática



7.^a edição revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

DANO AMBIENTAL

Do individual ao coletivo extrapatrimonial

— TEORIA E PRÁTICA —

7.^a edição revista, atualizada e ampliada

JOSÉ RUBENS MORATO LEITE

PATRYCK DE ARAÚJO AYALA

1.^a edição: 2000; 2.^a edição: 2003; 3.^a edição: 2010;
4.^a edição: 2011; 5.^a edição: 2012; 6.^a edição: 2014.



© desta edição [2015]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS
Diretora responsável

Visite nosso *site*: www.rt.com.br
e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800-702-2433

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Impresso no Brasil: [06-2015]

Profissional

Fechamento desta edição: [27.05.2015]



ISBN 978-85-203-6372-0

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	11
PALAVRAS DESNECESSÁRIAS.....	13
NOTA DOS AUTORES À 6. ^a EDIÇÃO.....	15
NOTA DOS AUTORES À 5. ^a EDIÇÃO.....	17
NOTA DOS AUTORES À 4. ^a EDIÇÃO.....	19
INTRODUÇÃO.....	27

PARTE I

TEORIA DO DANO AMBIENTAL

1. O ESTADO E O MEIO AMBIENTE.....	33
1.1 A crise do desenvolvimento econômico e o meio ambiente.....	33
1.2 Estado de Direito do Ambiente: uma difícil missão.....	37
1.3 Gerações de Direitos Ambientais, mudanças climáticas e conceito de Estado de Direito Ambiental.....	43
1.3.1 Gestão transdisciplinar de risco na era de desastres e catástrofes ambientais.....	47
1.3.2 O conceito do Estado de Direito Ambiental.....	49
1.4 Estado de Direito Ambiental.....	51
1.4.1 Necessidade de uma cidadania participativa e solidária – Democracia e justiça ambiental.....	51
1.5 Princípios estruturantes do Estado de Direito Ambiental.....	61
1.6 Princípio da precaução e atuação preventiva.....	62
1.7 Princípio da cooperação.....	67
1.8 Princípio da responsabilização.....	70
2. DANO AMBIENTAL: CONCEITUAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RESPONSABILIDADE CIVIL.....	83
2.1 Meio ambiente: noções genéricas.....	83
2.2 Meio ambiente em sentido jurídico.....	90
2.3 Meio ambiente como macrobem.....	94
2.4 Meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental ...	97

2.5	Sintetizando o conceito de meio ambiente	102
2.6	Dano ambiental: noções genéricas e classificação.....	103
2.6.1	A juridicidade do dano ambiental em comparação com o dano tradicional	109
2.7	Dano ambiental no ordenamento jurídico brasileiro	111
2.8	Quadro ilustrativo de dano ambiental no direito estrangeiro.....	114
2.8.1	O novo regime de responsabilidade ambiental na União Europeia...	120
2.9	Dano ambiental e responsabilidade civil	124
2.9.1	Sociedade de risco e responsabilidade ambiental.....	124
2.9.2	Noções gerais sobre responsabilidade jurídica no ordenamento jurídico brasileiro.....	130
2.9.3	Da responsabilidade clássica do Código Civil brasileiro de 1916 e o Código Civil de 2002	135
2.9.4	Responsabilidade objetiva e legislação ambiental: evolução.....	140
2.9.5	Novas funções preventivas e de precaução da responsabilidade civil por dano ambiental.....	147
2.9.5.1	Funções preventivas e inibitórios processuais da responsabilidade civil	151
2.9.6	Responsabilidade civil por dano ao meio ambiente no âmbito da Lei 9.605, de 1998.....	154
3.	DANO AMBIENTAL: INDIVIDUAL E COLETIVO.....	159
3.1	Dano ambiental individual.....	159
3.2	Dano ambiental individual, reflexo ou indireto e direito de vizinhança ambiental	162
3.3	Ação popular ambiental.....	167
3.3.1	Direito subjetivo fundamental e cidadania ambiental individual....	167
3.3.2	Legitimidade ativa.....	171
3.3.3	Legitimidade passiva	175
3.3.4	Aspectos condenatórios da demanda popular.....	176
3.4	Dano ambiental coletivo	177
3.5	Condições para a imputação da tutela reparatória do dano ambiental...	182
3.5.1	Novas perspectivas em matéria de nexo de causalidade em responsabilidade civil por danos ambientais	183
3.5.1.1	A teoria das probabilidades como mecanismo renovado para o nexo de causalidade em face do dano e riscos ambientais.....	195
3.6	Limite da tolerabilidade e do dano ambiental.....	200
3.7	Omissão e dano ambiental.....	205
3.8	Responsabilidade do Estado e dano ambiental	207

3.9	Excludentes de responsabilidade: caso fortuito e força maior.....	209
3.10	Prescrição do dano ambiental.....	212
3.11	Efeitos transfronteiriços da poluição e o dano ambiental.....	215
4.	DA REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL.....	219
4.1	Noções genéricas.....	219
4.2	Formas de reparação.....	220
4.2.1	Restauração natural.....	221
4.2.2	Compensação ecológica.....	223
4.2.2.1	Parâmetros para compensação ecológica.....	225
4.2.2.2	Compensação ecológica: casos jurisdicionais.....	226
4.3	Compensação ecológica: valor do dano e questões preliminares.....	229
4.3.1	Dificuldade de valoração do dano ambiental.....	229
4.3.2	Questões preliminares.....	230
4.4	Compensação ecológica: métodos para avaliação do dano ambiental....	231
4.5	Reparação integral do dano ambiental.....	235
4.6	Fundos, garantias e seguros para reparação do dano ambiental.....	236
4.7	Medidas de prevenção e reparação do dano ambiental no Sistema da União Europeia e Direito Português.....	240
4.8	Tutela jurisdicional do dano ambiental coletivo: ação civil pública.....	247
4.8.1	Importância do tema.....	247
4.8.2	Interesse jurídico ambiental.....	251
4.8.2.1	Noções preliminares.....	251
4.8.2.2	Interesses ou direitos difusos.....	254
4.8.2.3	Interesses ou direitos coletivos.....	255
4.8.2.4	Interesses ou direitos individuais homogêneos.....	255
4.8.2.5	Titulares ativos e passivos da tutela reparatória ambiental – Legitimação.....	256
4.9	Implicações jurídicas da conceituação do bem ambiental.....	259
4.9.1	Objeto da ação.....	260
4.9.2	Inquérito civil público.....	264
4.10	Termo de ajustamento de conduta e meio ambiente.....	266
4.11	Considerações preliminares sobre o Novo Código de Processo Civil – Lei 13.105, de 16 de março de 2015).....	270
5.	DANO EXTRAPATRIMONIAL OU MORAL AMBIENTAL.....	273
5.1	Nomenclatura e evolução.....	273
5.2	Aceitação do dano extrapatrimonial no direito brasileiro.....	277
5.2.1	Tratamento jurisprudencial antes da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	280
5.2.1.1	No Supremo Tribunal Federal.....	280
5.2.1.2	Constituição Federal de 1988.....	282

5.2.2 Tratamento jurisprudencial a partir da Constituição vigente	283
5.3 Fundamento legal do dano extrapatrimonial ou moral ambiental	286
5.4 Dano extrapatrimonial ambiental e suas conexões com o direito da personalidade	287
5.5 Dano extrapatrimonial: do individual ao coletivo – Pessoa física, pessoa jurídica e coletividade – Tendências atuais	292
5.6 Dano extrapatrimonial ambiental: Conceituação, Classificação e Admissibilidade	300
5.6.1 Conceituação	300
5.6.2 Comprovação da ocorrência do dano extrapatrimonial ambiental difuso	304
5.7 Dificuldades de reparação indenizatória do dano extrapatrimonial	305
5.8 Nova jurisprudência do STJ sobre dano extrapatrimonial ou moral ambiental: mudança de paradigma hermenêutico	308
5.8.1 Elementos da juridicidade do dano extrapatrimonial ou moral ambiental	311
5.8.2 Síntese dos acórdãos sobre dano extrapatrimonial ou moral ambiental do STJ	313
5.8.3 Uma análise sistêmica da jurisprudência fundada na hermenêutica jurídica ambiental	321
5.8.4 Considerações finais sobre hermenêutica e novo paradigma na jurisprudência sobre dano extrapatrimonial ou moral ambiental	327

PARTE II

PRÁTICA – JURISPRUDÊNCIA DO DANO AMBIENTAL

1. O dano ambiental em uma sociedade de riscos: sensibilidade ecológica e função judicial na jurisprudência brasileira	329
1.1 O dano ambiental e as funções da responsabilidade civil no plano de um dever estatal de proteção do meio ambiente	332
1.2 O dano moral ou extrapatrimonial coletivo, em matéria ambiental, e o princípio da reparação integral	360
2. O princípio da reparação integral e a conformação da relação de causalidade	372
2.1 A reparação integral e a imprescritibilidade do dano ambiental	379
3. A responsabilidade civil preventiva em matéria ambiental e a influência do princípio da precaução	384
3.1 O princípio da precaução e a responsabilidade civil em matéria ambiental. O nexo de causalidade e a mitigação da carga probatória	400
4. Responsabilidade civil ambiental e o diálogo das fontes	410

5. Responsabilidade civil no contexto das mudanças climáticas globais.....	411
5.1 Transformações climáticas extremas e o direito à água	421
6. O assim denominado “novo” Código Florestal e o princípio de proibição de retrocesso ambiental: desafios para a manutenção de um princípio de reparação integral.....	423
7. Contornos do princípio do <i>in dubio pro natura</i> pela jurisprudência do STJ.....	439
8. Os direitos culturais e ambientais e a proteção jurídica dos quilombolas.....	440
CONCLUSÃO	443
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS	459